



OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ESTUDO:

dilemas e desafios para a pesquisa neste campo temático

Maria Clariça Ribeiro Guimarães¹
Ilena Felipe Barros²

RESUMO:

O artigo aborda os movimentos sociais como objeto de estudo e pesquisa de diversas áreas do conhecimento. Reconhece a diversidade de perspectivas teóricas e analíticas existentes para a problematização dos movimentos atuais, mas destaca como preocupação central os dilemas e desafios postos à pesquisa neste campo temático sob a perspectiva do marxismo.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pesquisa. Marxismo.

ABSTRACT:

The article discusses social movements as an object of study and research in various fields of knowledge. Recognizes the diversity of theoretical perspectives and analytical exist for the questioning of the current movements, but stands out as a central concern the dilemmas and challenges posed to research this subject field from the perspective of Marxism.

Keywords: Social movements. Search. Marxism.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: clarica.ribeiro@gmail.com

² Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: ilenafb@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por grandes lutas, nos anos 1960, os movimentos sociais tornam-se objeto de estudo acadêmico, nas mais diversas abordagens teórico-metodológicas. Isto indica que a realidade define, em grande medida, a agenda de pesquisa da universidade, mas segue as escolhas políticas e teórico-metodológicas dos sujeitos pesquisadores.

Entre as teorizações de maior influência na produção teórica brasileira acerca dos movimentos atuais, também designados “novos” movimentos sociais, a exemplo do paradigma europeu, destacamos três principais vertentes: a abordagem culturalista-acionalista, o pensamento pós-moderno e o paradigma marxista.

A teoria culturalista-acionalista enfatiza a cultura, a identidade e a solidariedade entre as pessoas de determinado movimento social. Segundo esta perspectiva, os movimentos contemporâneos apresentam interesses difusos e não classistas. Por isso mesmo, há um redirecionamento do eixo central das demandas postas na esfera pública, as quais são deslocadas do campo da economia para o campo da cultura. Nesta abordagem, a ênfase está no papel dos indivíduos e não da classe social e, na mesma lógica, os movimentos são vistos muito mais como agentes de pressão do que de transformação societária (TOURAINÉ, 1989). Trata-se, portanto, de uma teoria que procura explicar a ação coletiva em uma perspectiva subjetivista dos fenômenos.

A exemplo do que ocorre com a perspectiva acionalista, também para o pensamento pós-moderno e neoconservador, os “novos movimentos sociais” são analisados como distantes e apartados da contradição capital-trabalho. Além de afirmar a perda da centralidade dos conflitos de classe no processo de organização e de ação política dos movimentos sociais, assegura ainda a inexistência de tais conflitos na contemporaneidade (LACLAU; MOUFFE, 1988). Em uma total negação das bases teóricas clássicas do marxismo, a leitura pós-moderna dos movimentos sociais não acredita em qualquer perspectiva de contraponto aos interesses do capital e de emancipação do trabalho. Ainda que questione e nivele os referenciais marxista e positivista, o principal embate é contra a teoria social de Marx, cuja novidade na literatura contemporânea é a introdução dos recortes de gênero, etnia e geração, sem abandonar a perspectiva das lutas de classe.



Dado os limites do presente texto, privilegiamos a abordagem marxista referente aos movimentos sociais³ devido a sua perspectiva de totalidade, importante para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética para, em seguida, apontar alguns dos dilemas e desafios postos ao exercício da pesquisa crítica no campo temático dos “movimentos sociais”.

2 PREMISSAS TEÓRICO-ANALÍTICAS

Na sociabilidade capitalista, a condição social sob a qual o trabalho é realizado traz em si o germe da estrutura de classes. Portanto, a contradição central que particulariza essa sociabilidade está referenciada nas necessidades de classes antagônicas, isto é, trabalhadores e capitalistas. Esse antagonismo, estabelecido em condições históricas determinadas, se manifesta e se traduz em relações sociais, ainda que apareça como produção e reprodução de coisas. Nessa direção, a análise marxiana, na medida em que desvela o processo de produção do capital, evidencia a dinâmica da questão social como estando determinada pela lei geral da acumulação capitalista e pelo caráter da exploração característica da relação capital x trabalho, numa sociabilidade que potencializa significativamente tais antagonismos e desigualdades.

Em que pese a generalização acentuada e a dinâmica radicalmente nova da pobreza que então se espriava pela Europa Ocidental, a partir do século XVIII, a alcunha desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ diz respeito certamente às manifestações sócio-políticas nas quais desembocou, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos concernentes ao trabalho (NETTO, 2004; IAMAMOTO, 2004), ou seja, a questão

³ Para um estudo comparativo entre as teorias dos movimentos sociais, pondo em evidência suas diferenças e semelhanças, indicamos a leitura de Touraine (1989) como expoente da teoria acionalista; Laclau e Mouffe (1988) e Santos (1999; 2005) como uns dos representantes da abordagem pós-moderna; Manuel Castells (1974) e Jean Lojkine (1981) como autores que figuram dentre os primeiros estudiosos a empreender esforço teórico na análise dos movimentos sociais atuais, em uma perspectiva marxista. Uma sistematização acerca do conjunto destas teorias pode ser encontrada nas obras de Gohn (2007) e Scheren-Warren (1987). Contrariamente à análise de Gohn, consideramos que o nominado “Paradigma dos Novos Movimentos Sociais” não pode ser reputado como exclusivamente pós-moderno ou acionalista, pois há autores marxistas, a exemplo de Lefebvre (1968) e Birh (1998), que também utilizam a mesma denominação para se referir a alguns movimentos sociais, sem necessariamente despi-los do caráter classista. Contudo, reconhecemos que, a partir dos anos 1990, há crescente influência pós-moderna na concepção dos “novos” movimentos sociais.



social conforma-se e constitui-se mediada pela relação capital x trabalho e, indissociavelmente, pela dimensão política da luta de classes:

As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda, a classe trabalhadora, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo (CASTELO, 2006, p. 17).

Na lógica societal inerente à sociedade capitalista, a realização do trabalho e as relações sociais por ele suscitadas, se materializam no real e idealmente de forma alienante. Ao não se reconhecerem como sujeitos de seu trabalho e estabelecerem uma relação de estranhamento para com o conteúdo de sua ação, os próprios indivíduos são coisificados e a alienação⁴ se faz presente nas mais diversas dimensões da existência social. Dentre os principais aspectos por meio dos quais a alienação da humanidade se manifesta estão: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e também de uns em relação aos outros (MÉSZAROS, 2006). Daí, a categoria alienação ser hoje indispensável para a compreensão crítica da realidade, em suas multifacetadas questões e impasses da atualidade, tendo em vista sua intensa presença no âmbito das relações socialmente estabelecidas.

Ao se tornar um ser alienado, o ser humano, afasta-se da realidade a qual deveria conhecer para intervir e, com isso, se camufla seu papel de construtor da história. Por isso, os processos de alienação são vitais para a dominação dos indivíduos pelo capital. No entanto, isso não quer dizer total ausência de mediações e possibilidades emancipatórias que proporcionem condições para os indivíduos superarem a alienação. A organização política numa perspectiva crítica e de totalidade destaca-se como uma das dimensões da existência social capaz de desmistificar as formas reificadas de ser e de pensar⁵, inclusive porque a própria condição de exploração suscita as possibilidades de rebeldia e de organização em movimentos sociais.

⁴ A alienação diz respeito à não apropriação, por parte dos indivíduos, da riqueza socialmente produzida. Refere-se ainda ao fato dos indivíduos não reconhecerem a sua ação na realidade social e, do mesmo modo, não se reconhecerem como sujeitos históricos. Pelos mecanismos da alienação, a realidade – mesmo sendo fruto da intervenção humana – aparece para os indivíduos como algo estranho e hostil. Sobre a concepção marxiana de alienação indicamos consultar Marx: 1993; Mézszáros: 2006; Netto: 1981 e Frederico: 1995.

⁵ Barroco acrescenta, além da política, algumas outras atividades que permitem uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a genericidade, quais sejam: o trabalho, a arte, a ciência, a filosofia e a ética.



Sob a perspectiva da abordagem marxista, cuja matriz situa-se no conflito capital-trabalho, o processo de luta histórica das classes subalternas⁶ assume papel fundamental no desvendamento da realidade. Isto não significa limitar-se à análise do movimento operário, relegando a um segundo plano outros movimentos políticos; tampouco implica em trabalhar com determinações exclusivamente econômicas, pois a opressão-dominância capitalista perpassa as mais diversas dimensões da existência social.

O grande diferencial do paradigma marxista na análise dos movimentos sociais consiste em possibilitar apreender, para além dos aspectos imediatos, a essência dos fenômenos e a contraditória relação entre essência e aparência. Nesta teoria, há também a preocupação frequente em subsidiar a ação política destes movimentos e, assim, contribuir para a práxis revolucionária. Resulta daí o fato de tal paradigma ter provocado e impulsionado, ao longo da história, não somente o desenvolvimento de um amplo universo teórico e analítico em torno do processo revolucionário e das estratégias de transição socialista, como também suscitado e fundamentado a construção de diversos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora.

Desse modo, o debate teórico explicitado nos parece fundamental para apreensão da organização e da ação política dos movimentos sociais na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, nos guia no processo de análise das possíveis dificuldades, desafios e dilemas com os quais se deparam pesquisadores e pesquisadoras deste temário, especialmente àqueles situados por dentro da perspectiva crítico-dialética.

Afinal, o campo teórico no qual situamos a nossa compreensão dos movimentos sociais como objeto de estudo e pesquisa acadêmica nos serve de pano de fundo para que não tenhamos dúvidas em afirmar que a perspectiva de totalidade inscrita no método em Marx nos parece a via possível para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética, especialmente porque parte da

Segundo a autora, “as atividades propiciadoras da conexão dos indivíduos com o gênero humano explicitam capacidades como: criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. Todas elas estão vinculadas com valores” (2007, p. 42).

⁶ “A categoria ‘subalterno’ e o conceito de ‘subalternidade’ têm sido utilizados, contemporaneamente, na análise de fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente para descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. No pensamento gramsciano, contudo, tratar das classes subalternas exige, em síntese, mais do que isso. Trata-se de recuperar os processos de dominação presentes na sociedade [...]” (SIMIONATTO, 2009, p. 42). Desse modo, a luz da elaboração de Gramsci, sempre que nos referirmos às classes subalternas no presente trabalho estamos entendendo as reflexões sobre subalternidade como dialeticamente articuladas ao Estado, à sociedade civil e à hegemonia.



preliminar de que “[...] a realidade, os fatos, os acontecimentos, precisam ser desmascarados, desvendados. Daí esse percurso entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo e o singular e o universal” (IANNI, s/d, p. 03-04).

Em outras palavras, significa que a realidade se constitui de modo contraditório, complexo e heterogêneo e, portanto, não se dá a conhecer de modo imediato. O processo de desvendar o objeto em estudo pressupõe: o levantamento de questionamentos constantes acerca dos fatos; a articulação presente-passado numa relação de superação das visões a-históricas do real e o considerar da ideologia na qual o objeto está imbricado (IANNI, s/d) para, neste processo, decifrar e articular as múltiplas determinações que constituem o concreto, ou seja, as relações, processos e estruturas que constituem a realidade em estudo.

3 PERCURSOS E PERCALÇOS POSTOS À PESQUISA NO CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Percebemos que, no último período, o temário dos movimentos sociais tem sido recebido com surpresa por determinados sujeitos, em espaços de debates e apresentação da produção do conhecimento produzido. Por vezes, argumenta-se ser absolutamente compreensível a pesquisa de tal temática nos anos 1970/1980, mas causa estranhamento investigações dessa natureza na década de 2010. A surpresa nos parece está implicada ao fato de estarmos não em um período de ascenso das lutas sociais, e sim em tempos definidos por Bertold Brecht como um período no qual “depois de trabalharmos por tanto tempo parecemos estar em situação pior que no início”, pois “nossas palavras de ordem estão em desordem”, chegando até mesmo a ficarem irreconhecíveis.

Ora, são inegáveis os desafios postos ao exercício da pesquisa no campo dos movimentos sociais no tempo presente. Para listar apenas alguns, podemos afirmar, em primeiro lugar, o desafio de escrever sobre avanços, entraves, dilemas e contradições que perpassam processos de organização dos quais predominantemente os(as) pesquisadores(as) da área não são sujeitos, por não apresentarem, muitas vezes, trajetória de militância construída por dentro dos movimentos sociais que se propõem a pesquisar; Ao



mesmo tempo em que este constitui um fator passível de facilitar o distanciamento com relação ao objeto de estudo que, em certo grau, a pesquisa científica demanda, para resguardar a apreensão e análise das informações; este também conforma um elemento que tem provocado certo receio de cair em um mero olhar academicista e apartado da realidade dos sujeitos que estão na construção cotidiana destes movimentos.

Outros desafios e alguns impasses configuram-se como dificuldades inerentes ao percurso da pesquisa de campo. A primeira delas diz respeito exatamente ao processo de inserção em campo e diálogo com as lideranças dos diferentes movimentos sociais, pois se para alguns dos movimentos pesquisados a presença de pesquisadores acadêmicos nos seus espaços de organização interna não causam nenhum estranhamento por representar, em geral, a presença de alguém passível de se somar aos seus processos de mobilização, para outros movimentos a presença de tal figura em seus espaços organizativos geram desconfianças e receios.

Uma outra questão que coloca um impasse à pesquisas de campo nessa área refere-se a própria forma como os sujeitos pesquisados percebem muitas vezes o fato deles estarem sendo objeto de pesquisa da universidade. Para alguns movimentos, esta iniciativa é vista como totalmente bem-vinda, sendo entendida mesmo como algo passível de retornar com contribuições para sua ação política, inclusive porque ao se dar visibilidade aos resultados de determinadas pesquisas, grandes são as possibilidades de, com isso, reforçar e legitimar as denúncias realizadas pelos movimentos sociais em termos da negação de direitos.

Contudo, outros movimentos demonstram certa resistência à ideia de estarem sendo objeto de pesquisa acadêmica, por razões bastante justas. Uma delas o fato de muitas dessas pesquisas – ainda que “bem intencionadas” – acabam por produzirem argumentos favoráveis aos opositores do movimento e passam a ser por eles utilizados, em geral, para fundamentar a criminalização dos movimentos. Isso quando não acontece de tratar-se de pesquisador que se apresenta como estudante universitário, mas que na realidade é representação da imprensa dominante, a fim de “validar” determinadas teorias que muito pouco ou praticamente em nada correspondem ao que acredita e ao que faz o próprio movimento.

Ademais, não constitui tarefa simples insistir na filiação à tradição marxista na análise dos movimentos sociais, no atual tempo histórico. De fato, revela-se um desafio



tecer análises ancoradas nesta perspectiva em um contexto em que o pensamento social brasileiro se defronta com convites constantes para a fragmentação da realidade e a negação de sua totalidade, oscilando entre o catastrofismo fatalista, o esquerdismo pós-moderno e a cultura do possibilismo: ora afirma-se não haver o que fazer, ora se dilui a luta de classes em múltiplos particularismos ou ainda se aposta na colaboração de classes como alternativa (BRAZ, 2011). Com a crescente ampliação das interferências do pensamento pós-moderno e neoconservador, a produção de pesquisas na área de movimentos sociais ancoradas nas categorias de totalidade, contradição e mediação, apresenta-se como mais uma dificuldade presente no processo de produção do conhecimento crítico.

Pequenas demonstrações que nos levam a crer no quanto as transformações societárias recentes não impactaram somente a ação dos movimentos, mas também o campo de pesquisa sobre eles, nos possibilitando a visualização de novos desafios de cunho teórico-metodológico para a pesquisa na área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o próprio desenvolvimento das forças produtivas inscrito na particularidade de cada formação social, em determinado período, produz novas necessidades, gera novas determinações a constituir desafios e a interpelar pesquisadores e teóricos no sentido de desvendar e apreender o real em sua contraditoriedade e na relação singularidade-universalidade-particularidade. Por certo, o caráter de construção histórica da organização política requer o exame concreto da atuação dos movimentos sociais em cada conjuntura para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem suas mobilizações e lutas e, desse modo, não atribuir aos movimentos sociais, independente do contexto histórico no qual estão situados, ações e táticas políticas únicas e imutáveis.

Contudo, por defrontarmos-nos, ainda, com posturas analíticas insuficientes para dar conta da complexidade da realidade social, o esforço teórico e político de revigoração da concepção de ciência que prioriza a historicidade dos fenômenos e dos processos segue a instigar-nos como provocação.



REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lúcia. As atividades emancipadoras. In: **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIRH, Alan. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006 [Dissertação de Mestrado].
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. In: **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, nº 4, 1984.
- FREDERICO, C. **O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, 2ª ed. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS; Gráfica Odisséia, 2004.
- IANNI, Otávio. **Construção da categoria**, mimeo, s/d.
- LACLAU, Ernest; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: para uma radicalização da democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial, causas e efeitos**. São Paulo: Ed. Documentos, 1968.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844)**. Lisboa: Avante, 1993.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo: 2006.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- _____. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Temporalis**, 2ª ed. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS; Gráfica Odisséia, 2004.



SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, R; SETÚBAL, M (orgs). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHEREN-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. In: **Revista Katálysis**, nº 12. Florianópolis: UFSC, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. In: **Lua Nova**. São Paulo: Cedec, nº 17, 1989.